

Ferro, o qual foi em 20 de Fevereiro de 2002, sentenciado em 100 dias de multa à taxa diária de 3,50 euros, no total 350 euros, caso não seja paga, poderá ser convertida em 66 dias de prisão subsidiária; em 21 de Novembro de 2005, outras condenações ou decisões, conversão da pena de multa penal que o arguido foi condenado nestes autos em pena de prisão subsidiária, tendo a cumprir 66 dias de prisão (artigo 49.º, n.º 1, do Código Penal). A sentença foi transitada em julgado em 6 de Dezembro de 2003, pela prática de um crime de condução sem habilitação legal, artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 25 de Fevereiro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Julho de 2007, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

9 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Célia Craveiro*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Alberto Saraiva*.

Anúncio n.º 5871-CH/2007

A Dr.ª Maria de Fátima D. Almeida, juíza de direito do 3.º Juízo Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Almada, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 61/02.8PTALM, pendente neste Tribunal contra o arguido Quintino Correia Rodrigues, filho de Gaudêncio Mendes Rodrigues e de Cipriana Horta Correia, natural de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 7 de Novembro de 1975, casado, passaporte n.º i001627, com domicílio na Rua 8 de Setembro, 10, 4.º, direito, 2810 Laranjeiro, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 23 de Março de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

10 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima D. Almeida*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Alberto Saraiva*.

Anúncio n.º 5871-CI/2007

O Dr. Vítor Teixeira de Sousa, juiz de direito do 3.º Juízo Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Almada, faz saber que, no processo abreviado, n.º 1379/06.6PCALM, pendente neste Tribunal contra o arguido Ângelo Agnaldo Anselmo Ferreira, filho de Geraldo Ferreira e de Nadir Lusía Anselmo Ferreira, natural do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 6 de Outubro de 1967, casado, torneiro mecânico, titular do passaporte n.º Cp522684, com domicílio na Rua da Charneca, 13, 3.º, esquerdo, Charneca, 2825 Charneca, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 6 de Novembro de 2006, foi o mesmo declarado contumaz, em 13 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

18 de Julho de 2007. — O Juiz de Direito, *Vítor Teixeira de Sousa*. — A Escrivã-Adjunta, *Margarida Granadeiro*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AMARANTE

Anúncio n.º 5871-CJ/2007

A Dr.ª Ana Paula Ferreira Lima, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Amarante, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 47/02.2GBAMT, pendente neste Tribunal contra o arguido Márcio da Silva Albuquerque, filho de Carlos António Ribeiro de Albuquerque e de Ana Iara Silva Albuquerque, natural do Brasil, nascido em 8 de Abril de 1978, casado, com domicílio no Edifício Santa Luzia, bloco 3, 2.º, direito, São Gonçalo, 4600 Amarante, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 6 de Dezembro de 2001, por despacho de 6 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação em juízo.

11 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Ferreira Lima*. — O Escrivão-Adjunto, *António José Gonçalves Nóbrega*.

Anúncio n.º 5871-CL/2007

A Dr.ª Ana Paula Ferreira Lima, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Amarante, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 164/04.4GNPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Agostinho Torres Lopes, filho de António José Lopes e de Glória Valadares Torres Lopes, natural de Picote, Miranda do Douro, de nacionalidade portuguesa, nascido em 1 de Outubro de 1964, casado, empresário, titular do bilhete de identidade n.º 7677173, com domicílio na Várzea, Priscos, rés-do-chão frente, 4700-797 Braga, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência qualificada, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal, por referência ao artigo 139.º, n.º 4, do Código da Estrada, praticado em 24 de Fevereiro de 2004 e um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal, por referência ao artigo 387.º, n.º 2, do Código de Processo Penal, praticado em 24 de Fevereiro de 2004, por despacho de 22 de Junho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação do arguido.

16 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Ferreira Lima*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Ângela Silva Portela*.

Anúncio n.º 5871-CM/2007

A Dr.ª Ana Paula Ferreira Lima, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Amarante, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 570/00.3TBAMT, pendente neste Tribunal contra o arguido Guillaume Marie Gadal, filho de Alan Marcel Gadal e de Nicole Theresa Mallet, de nacionalidade francesa, nascido em 22 de Janeiro de 1972, solteiro, com domicílio na Base Intermarché em Marujos, Bugalhos, 2380 Alcanena, por se encontrar acusado da prática de um crime de contra-ordenação (actividade hoteleira e de restauração), previsto e punido pelo 331.º do Decreto-Lei n.º 26/2003 (novo Código Propriedade Industrial), de 5 de Março, praticado em 17 de Abril de 1997, por despacho de 11 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por extinção do procedimento criminal.

18 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Ferreira Lima*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Ângela Silva Portela*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ANADIA

Anúncio n.º 5871-CN/2007

A Dr.ª Ana Alexandra Jesus Pereira Barão, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Anadia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 493/06.2GBAND, pendente neste Tribunal contra o arguido Aliaksandr Bialiavski, filho de Biliavski Mihail e de Biliavskaa Efosinia, natural e de nacionalidade bielorrussa, nascido em 5 de Junho de 1975, pedreiro, titular do passaporte n.º Hb0798647, com domicílio na Quinta do Perdigoão, Vilarinho do Bairro, 3780 Ana-

dia, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 29 de Setembro de 2006, foi o mesmo declarado contumaz, em 16 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 e n.º 4, do referido diploma legal.

17 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Alexandra Jesus Pereira Barão*. — A Oficial de Justiça, *Madalena Roque*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ANADIA

Anúncio n.º 5871-CO/2007

A Dr.ª Susana Querido Duque, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Anadia faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 360/96.6TBAND, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Alberto Silva Coelho, filho de Armando Rodrigues Coelho e de Maria Aldina Alves da Silva Coelho, natural de Lisboa, São Sebastião da Pedreira, Lisboa, nascido em 9 de Agosto de 1963, casado, titular da identificação fiscal n.º 170793346, titular do bilhete de identidade n.º 6626313, segurança social n.º 11218735966, com domicílio fiscal na Praceta da Constituição, 4, rés-do-chão C, Damaia, 2720-130 Amadora, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro e artigo 313.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 31 de Julho de 1995, por despacho de 13 de Março de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado neste Tribunal.

13 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Susana Querido Duque*. — A Escrivã-Adjunta, *Dina Correia*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE ANSIÃO

Anúncio n.º 5871-CP/2007

A Dr.ª Mafalda Cortez, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Ansião, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo) n.º 99/99.0TBANS, pendente neste Tribunal contra a arguida Leonilde da Conceição da Ponte, filha de António da Ponte e de Maria da Conceição, natural de Pombal, São Simão de Litém, Pombal, nascida em 10 de Novembro de 1953, titular do bilhete de identidade n.º 4182388, com domicílio na 3 Avenida Paul Dupont, 93190 Livry Gargan, França, por se encontrar acusada da prática de um crime de introdução em lugar vedado ao público, previsto e punido pelo artigo 191.º do Código Penal, praticado em 29 de Julho de 1991, por despacho de 5 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por declaração de extinção da pena por prescrição.

13 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Mafalda Cortez*. — A Escrivã-Adjunta, *Isabel Custódio*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE ARCOS DE VALDEVEZ

Anúncio n.º 5871-CQ/2007

O Dr. Manuel Eduardo Sampaio, juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Arcos de Valdevez, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 61/98.0TBAVV (anterior n.º 61/98) e apensos CC 191/98.9TBAVV (anterior 90/98) e CC 123/98.4TBAVV (anterior 75/98), pendente neste Tribunal contra o arguido Filipe de Barros Alves, filho de Américo de Barros Alves e de Rosa Gomes de Barros, natural de França, de nacionalidade portuguesa, nascido em

9 de Junho de 1972, solteiro, tradutor e intérprete, titular do bilhete de identidade n.º 12721591, com domicílio na Rue Ferme du Temple, Ris, Orangis, 91000, por se encontrar acusado da prática de três crimes de usurpação de funções, previsto e punido pelo artigo 256.º do Código Penal, praticados em 10 de Julho de 1995, 10 de Março de 1996 e 9 de Maio de 1996, respectivamente, três crimes de burla simples, previsto e punido pelos artigos 217.º, n.º e 30.º, n.º 2, do Código Penal, praticados em 17 de Julho de 1996, 10 de Março de 1996 e 9 de Maio de 1996, respectivamente, um crime de abuso de confiança, previsto e punido pelo artigo 205.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 17 de Julho de 1996 e um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º, n.ºs 1, alínea a) e 3, do Código Penal, praticado em 9 de Maio de 1996, por despacho de 17 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

17 de Julho de 2007. — O Juiz de Direito, *Manuel Eduardo Sampaio*. — A Escrivã Auxiliar, *Maria Clara Fernandes de Araújo*.

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AVEIRO

Anúncio n.º 5871-CR/2007

A Dr.ª Isabel Dolores Marques de Oliveira, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Aveiro, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo) n.º 301/07.7TB AVR, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Alberto Oliveira Vilar, filho de José Gonçalves Vilar e de Maria Rita de Oliveira Galante, natural de França, de nacionalidade portuguesa, nascido em 26 de Janeiro de 1966, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 8381538, com domicílio na Rua do Vilar, Terroso, 4490 Póvoa do Varzim, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelos artigos 26.º, 210.º, n.ºs 1 e 2, alínea b), com referência ao artigo 204.º, n.º 2, alínea f), do Código Penal, praticado em 19 de Outubro de 2005, por despacho de 12 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por morte do arguido.

19 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Isabel Dolores Marques de Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Conceição Sá*.

Anúncio n.º 5871-CS/2007

A Dr.ª Paula Cristina Santos, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Aveiro faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 739/05.4PBAVR, pendente neste Tribunal contra o arguido Et Tauahry Barca de nacionalidade marroquina, titular do passaporte n.º L-939522, com domicílio na Rua de Castelo Branco, 3530 Mangualde, por se encontrar acusado da prática de um crime de contrafacção, imitação e uso ilegal de marca, previsto e punido pelo artigo 323.º do Decreto-Lei n.º 36/2003, de 5 de Março, praticado em 28 de Abril de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 11 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

24 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Paula Cristina Santos*. — A Escrivã-Adjunta, *Conceição Sá*.

Anúncio n.º 5871-CT/2007

A Dr.ª Isabel Dolores Marques de Oliveira, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Aveiro, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1846/05.9PBAVR, pendente neste Tribunal contra a arguida Rosa Maria Domingos Freire, filha de Francisco António Freire e de Rosa Maria Nunes Freire, natural de Sé e São Pedro, Évora, de nacio-